



# UEM suspende concessão problemática da Clínica Universitária

Aldemiro Bande\*



A Universidade Eduardo Mondlane (UEM) suspendeu o contrato de cessão de exploração da clínica universitária assinado a 20 de Maio de 2020 com a empresa *Affinity Health*, SA, administrada por Rogério Uthui, docente daquele estabelecimento de ensino. A suspensão do contrato de concessão da clínica acontece depois de o Centro de Integridade Pública (CIP) ter questionado o processo de contratação em carta datada de 16/10/2020.

Em causa estão irregularidades verificadas no processo de contratação. À primeira vista, parecia tratar-se de mais um ajuste directo sem a devida fundamentação. No entanto, a UEM diz ter aplicado, para o caso, um concurso com qualificação prévia e que várias empresas foram convidadas a apresentar propostas, tendo sido seleccionada, após avaliação, a *Affinity Health*, SA de Rogério Uthui. Segundo a UEM, a suspensão do contrato visa rever e corrigir problemas detectados no processo.

A decisão de suspensão do contrato foi dada a conhecer durante um encontro entre a UEM, representada pelo respectivo Reitor, Orlando Quilambo, o Director da Fundação Universitária, Pedro Búfalo, técnicos da Direcção das Finanças e o CIP, representado pelo respectivo Director, Edson Cortez, e pesquisadores da área de *Procurement* e Parcerias Público Privadas, nomeadamente Borges Nhamirre e Aldemiro Bande.

O CIP congratulou a decisão tomada pela universidade e recomendou que, caso esta opte por uma nova concessão, o concurso público seja à modalidade de contratação aplicada por permitir maior transparência. Durante o encontro, o CIP apelou que exploração da clínica tenha em conta o objectivo principal da sua criação que é o de prover serviços de saúde acessíveis para estudantes e funcionários. A universidade reconheceu não ter experiência em contratos de parcerias público privadas e mostrou-se aberta para colaborar com o CIP com vista a assegurar que, no caso de uma eventual concessão da clínica, sejam observados os princípios de transparência e integridade.

A clínica universitária da UEM é fruto de um investimento orçado em cerca de 3 milhões de euros provenientes do Orçamento do Estado, doações holandesas e recursos da própria universidade. O contrato, ora suspenso, concedia a *Affinity Health*, SA a exploração da clínica universitária (todos os serviços de saúde prestados) e a gestão de um eventual plano de saúde para estudantes e funcionários da UEM por um período de cinco anos. Conforme consta do *website* da UEM, a concessão tinha como objectivo “elevator a qualidade e a eficiência do centro de saúde, abrangência dos serviços de saúde prestados, transferência de *know how* e sustentabilidade económica e financeira do referido centro”<sup>1</sup>.

\* Em caso de dúvidas, sugestões e questões relacionadas a esta nota, contacte: [aldemiro.bande@cipmoz.org](mailto:aldemiro.bande@cipmoz.org)

A história da privatização da clínica foi antes reportada pela imprensa e o CIP fez o seguimento do caso para apurar os seus contornos. Neste artigo apresenta-se e analisa-se o historial da clínica desde a concepção do projecto aos primeiros quatro anos do seu funcionamento; o percurso sinuoso para sua privatização, desde a apresentação das propostas à assinatura do contrato entre a UEM e a *Affinity Health*, SA. Igualmente são apresentados os principais actores envolvidos.

## 1. Clínica Universitária da UEM: a história de um projecto desvirtuado

A clínica universitária da UEM, avaliada em cerca 3 milhões de euros, foi concebida para prestar serviços de saúde a estudantes e funcionários daquele estabelecimento de ensino e ser um laboratório de referência no país em matéria de investigação na área do HIV/SIDA. Inaugurado em 2016 pelo presidente da República, Filipe Nyusi, a clínica é fruto de uma parceria iniciada em princípios de 2010, entre a direcção da UEM e a *PharmAccess*, Organização Não Governamental holandesa sediada em Amsterdão que actua na área da saúde e com forte presença em países africanos.

Em 2010, a direcção da UEM pretendia criar um plano de seguro de saúde com vista a melhorar o acesso a serviços de saúde de qualidade para os estudantes e docentes daquele estabelecimento de ensino. Tendo larga experiência na implementação de seguros de saúde para estudantes em alguns países africanos como Nigéria, Tanzânia, Quênia e Gana e com algum interesse em trabalhar em Moçambique, a ONG holandesa foi solicitada para ajudar a desenvolver, na UEM, um projecto similar. No mesmo ano, a então direcção da UEM estabeleceu uma parceria com a *PharmAccess* para implementação de um sistema de seguro de saúde para estudantes e funcionários da Universidade.

Segundo o projecto apresentado pelo então director da *PharmAccess*, Joep Lange, a que o CIP teve acesso, previa-se que o sistema de seguro de saúde cobrisse, na altura, pelo menos 20 000 estudantes e 5, 000 funcionários, entre docentes e membros do corpo técnico e administrativo (CTA). Entretanto, antes de se avançar para a implementação do projecto de seguro de saúde era importante que existissem infra-estruturas. Na altura, a UEM possuía apenas um “posto médico com duas salas e condições mínimas”<sup>2</sup>. Do acordo entre a *PharmAccess* e a UEM estabeleceu-se que esta última iria mobilizar fundos para a construção de uma clínica e que a primeira mobilizaria capitais holandeses para aquisição de equipamentos para o mesmo. Pretendia-se, com isso, a criação de uma “clínica altamente equipada onde toda a comunidade universitária pudesse ter acesso a 90% de toda a assistência médica”<sup>3</sup>.

Clínicas universitárias são uma realidade comum em várias partes do mundo. Geralmente localizadas no campus das universidades, estas são concebidas para prestar serviços de saúde para estudantes, docentes e demais funcionários muitas vezes através de planos de saúde desenhados para o efeito<sup>4</sup>. O projecto da UEM insere-se neste modelo internacional de prestação de serviços de saúde à comunidade académica.

A ideia original do projecto era que, para ter acesso à referida assistência médica, cada estudante pagasse pelo seguro, através do aumento das propinas, um valor mensal de 7.50 dólares americanos, aproximadamente 210,00 Meticais, conforme o câmbio de então. A Universidade, por sua vez, entraria com um orçamento de USD 1 mln, aproximadamente, 28 milhões de meticais, para custear os prémios de seguros (*premium support*) dos funcionários e de, pelo menos, 200 estudantes, sem capacidades para custear os respectivos prémios. Além disso, pretendia-se que estudantes holandeses associados à seguradora holandesa HollandZorg pudessem canalizar as suas contribuições à clínica para que estudantes moçambicanos carenciados tivessem também acesso a seguros de saúde<sup>5</sup>.

De acordo com o projecto a que o CIP teve acesso, o pacote de seguro de saúde que seria oferecido pela clínica incluía acesso a medicamentos essenciais, análises laboratoriais e testes de radiologia. O seguro de saúde previa abranger atendimentos ambulatoriais primários e secundários, assim como internamento limitado. Os estudantes e docentes integrados no sistema de seguros de saúde teriam acesso ilimitado aos serviços de atendimento ambulatorio primário, que constituiriam 90% dos serviços médicos existentes na clínica. Para o caso do atendimento ambulatorio secundário, que envolve cuidados médicos mais complexos, o acesso também seria ilimitado, mas com a particularidade de ser apenas por indicação (*on referral*) de um provedor de cuidados de saúde registado (neste caso, o Hospital Militar) após uma pré-autorização. Por último, os utentes teriam acesso aos serviços de internamento mediante pré-autorização, limitados ao pacote de seguro de saúde<sup>6</sup>.

O processo de integração dos beneficiários nos serviços de seguro de saúde ocorreria em duas fases. Na primeira previa-se abranger 17 000 estudantes e 5000 funcionários do campus de Maputo. Na segunda esperava-se integrar: a) 800 estudantes e funcionários do campus de Vilanculos; b) 500 estudantes e funcionários do campus de Quelimane; c) 300 estudantes e funcionários do campus de Chibuto e; d) 1000 estudantes e funcionários do campus de Inhambane<sup>7</sup>.

Para além do seguro de saúde, seria instalado na clínica universitária da UEM um laboratório para investigação na área do HIV/SIDA. Este laboratório seria o primeiro no país a conduzir estudos desta natureza. Sendo a *PharmAccess*, uma organização pioneira na investigação sobre o HIV/SIDA a nível mundial, esperava-se que o centro fosse uma referência no país nesta matéria.

## 1.2 Mobilização de fundos para a construção da Clínica da UEM: de uma noite de jantar em Amsterdão aos cofres do Estado

A *PharmAccess*, organização holandesa que seria responsável pela criação do sistema de seguro de saúde para estudantes e funcionários da UEM, encarregou-se de mobilizar na Holanda parte dos fundos necessários para a instalação do Centro de Saúde universitário da UEM.

Assim, na noite de 5 de Junho de 2010 durante a 18ª edição do

2 <https://www.pharmaccess.org/update/amsterdaminer-zet-eerste-stappen-op-weg-naar-een-uniek-project/>

3 Pharmaccess. Students Health Care Plan Mozambique, 2010. 15 slides. Disponível em <<https://slideplayer.com/slide/4311046/>>. Acesso em: 12/10/2020

4 <https://www.forbes.com/sites/collegeprose/2013/09/23/how-college-health-centers-help-students-succeed/?sh=3fc0c6ac184b> «Acesso em: 30/10/2010»

5 Pharmaccess. Students Health Care Plan Mozambique, 2010. 15 slides. Disponível em <https://slideplayer.com/slide/4311046/>. Acesso em: 12/10/2020

6 Pharmaccess. Students Health Care Plan Mozambique, 2010. 15 slides. Disponível em <https://slideplayer.com/slide/4311046/>. Acesso em: 12/10/2020

7 Pharmaccess. Students Health Care Plan Mozambique, 2010. 15 slides. Disponível em <https://slideplayer.com/slide/4311046/>. Acesso em: 12/10/2020

*Amsterdam Diner*, uma gala beneficente anual contra o HIV/SIDA organizada pela *Stichting De Grote Onderneming* e que teve lugar no *Heineken Music Hall*, um estudante de medicina da UEM, de nome Helder dos Santos (actualmente médico), apresentou o projecto da *PharmaAccess*-UEM a mais de 1,100 pessoas da alta elite holandesa, incluindo membros da família real. Pretendia-se, assim, sensibilizar empresários holandeses e pessoas de boa vontade a contribuírem para a construção da clínica da UEM<sup>8</sup>.

No dia seguinte ao evento, 6 de Junho de 2010, a *Aids Fonds*, fundação holandesa que luta contra o HIV/SIDA e para a qual se destinaram as doações do *Amsterdam Diner*, anunciou à imprensa que os cerca de 700.000 Euros, aproximadamente 26.000.000 MZN<sup>9</sup>, arrecadados no evento seriam canalizados para a “construção de uma clínica universitária em Moçambique”<sup>10</sup>.

O assunto foi manchete na imprensa holandesa. O jornal eletrónico *Het Parool* escreveu na sua edição de 6 de Junho de 2010 que “o dinheiro será usado para construir uma clínica na Universidade de Maputo” e que “um projecto de seguro de saúde para estudantes será implementado (na universidade) pela *PharmAccess* no segundo semestre”<sup>11</sup>.

De uma forma geral, a *PharmAccess* seria responsável pela instalação da clínica e do seguro de saúde na UEM. Um comunicado de imprensa publicado pela ONG holandesa um dia antes do evento, a que o CIP teve acesso, apresenta com detalhes a ideia do projecto.

“A Universidade de Maputo (leia-se UEM) pretende incluir seus 20 000 estudantes e cerca de 5 000 docentes num plano de seguro de saúde. Os próprios estudantes contribuirão para os prémios de seguro consoante sua capacidade financeira. Além disso, uma contribuição adicional será feita pela Universidade e a *HollandZorg*, membro do grupo de seguros *Salland*. Esta seguradora (a *HollandZorg*) tornará possível que estudantes holandeses contribuam para seguros de saúde de estudantes em Maputo”<sup>12</sup>.

Para além do plano de saúde, a *PharmAccess* pretendia, com o valor arrecadado, “transformar o Posto Médico (existente na UEM) numa clínica completamente equipada”, lê-se no comunicado.

Segundo apurou o CIP, a *Aids Fonds* alocou um total de 680 000 Euros para o Medical Credit Fund<sup>13</sup> da *PharmAccess* com vista a financiar a instalação da clínica e do seguro de saúde. Segundo mostra o relatório anual da organização a que o CIP teve acesso, esta foi a maior doação canalizada pela *Aids Fonds* para alguma instituição naquele ano<sup>14</sup>.

Fonte ligada a clínica entrevistada pelo CIP conta que, ao todo, a *PharmAccess* investiu 1 milhão de euros no projecto para instalação da clínica.

Enquanto na Holanda a *PharmAccess* arrecadava fundos para a instalação da clínica e do plano de seguro de saúde, em Moçambique

a então direcção da UEM fazia *démarches* junto do Governo para o desembolso de fundos para a sua construção. O que resultou? O Governo, através do Orçamento do Estado, desembolsou parte dos 108 milhões de meticais usados para construção da clínica, tendo a UEM também participado com recursos próprios. Assim, com o montante arrecadado na Holanda, mais os fundos disponibilizados pelo Governo e pela UEM construiu-se e equipou-se a clínica universitária da UEM, primeira do género em Moçambique.

Lembre-se, porém, que 1 mês antes do jantar em Amsterdão, em Maio de 2010, Orlando Quilambo, actual reitor da UEM, acabava de ser nomeado para o cargo, depois de ter ocupado durante 5 anos o cargo de vice-reitor daquele estabelecimento de ensino. Portanto, foi durante a sua administração que o projecto de criação do centro de saúde foi concebido.

### 1.3 Quatro anos depois, nem plano de seguro de saúde nem investigação na área de HIV/SIDA

As obras de construção da clínica universitária iniciaram no ano 2013 e foram concluídas no segundo semestre de 2014. Findas as obras, a UEM lançou um concurso internacional para fornecimento e montagem de equipamento hospitalar<sup>15</sup>. Inaugurada em 2016 pelo presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, a clínica localiza-se há poucos metros da entrada principal do campus da UEM. Possui cerca de 30 funcionários, entre médicos, enfermeiros, pessoal administrativo e serventes. Está apetrechada com equipamento hospitalar de alta qualidade, incluindo um laboratório de referência a nível nacional. Possui serviços de triagem pediátrica e de adultos, estomatologia e conta ainda com um gabinete médico. Com a sua inauguração, esperava-se que fosse implementado um plano de seguro de saúde que beneficiaria estudantes e funcionários e fossem realizadas investigações de alto nível em matéria de HIV/SIDA, conforme previsto. Entretanto, passados quatro anos nenhum projecto saiu do papel. Literalmente!

Segundo apurou o CIP, enquanto ainda decorriam as obras para a construção do centro de saúde em 2013, a *PharmAccess*, no âmbito da assistência técnica ao projecto, procurou identificar uma organização especializada em gestão que seria responsável por administrar a clínica universitária e prover assistência técnica a UEM para a instalação de uma estrutura para administrar o plano de saúde<sup>16</sup>. Fontes envolvidas no processo contam que a ONG holandesa pretendia que, numa primeira fase, a gestão do centro fosse feita por uma entidade privada. Estava implícita aí a ideia de se criar uma parceria público-privada para a prestação de serviços de saúde, à semelhança de outros projectos que a organização tem implementado em outros países africanos como Namíbia e Nigéria<sup>17</sup>.

8 <https://www.trouw.nl/nieuws/benefietgala-tegen-aids-brengt-ruim-7-ton-op~ba7442ab/>

9 Cálculos baseados no cambio da altura.

10 <https://www.trouw.nl/nieuws/benefietgala-tegen-aids-brengt-ruim-7-ton-op~ba7442ab/>

11 <https://www.parool.nl/nieuws/amsterdamdiner-brengt-ruim-7-ton-op~bbc6cbb5/?referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F>

12 <https://www.pharmaccess.org/update/amsterdamdiner-zet-eerste-stappen-op-weg-naar-een-uniek-project/>

13 Fundo da *PharmAccess* que se dedica ao financiamento de pequenos estabelecimentos hospitalares em alguns países africanos. O fundo prove empréstimos a hospitais de pequena e média dimensão que pretendem investir na sua infraestrutura.

14 <https://www.yumpu.com/nl/document/view/23619950/jaarverslag-aids-fonds-jaarverslagcom>

15 UEM (2014), Relatório de Actividades e Financeiro

16 *PharmAccess*, <http://docplayer.net/4881948-Stichting-health-insurance-fund-amsterdam.html>

17 *PharmAccess* (2019) *Disrupting Health Care, PPP as a Model Adoption for Health System Strengthening in Nigeria* Disponível em < <https://www.pharmaccess.org/wp-content/uploads/2019/05/Disrupting-Health-Care-Report-002.pdf> > Acesso em 30/10/2020



A organização chegou a contactar uma gestora com experiência na área da saúde para administrar a clínica mas, alguns meses depois, esta perdeu a vida. No ano seguinte, o *chairman* da *PharmAccess*, o médico e professor de medicina holandês Joep Lange, e a sua colega Jacqueline van Tongeren que estiveram envolvidos na concepção do projecto de instalação da clínica universitária da UEM, perderam a vida num fatídico acidente aéreo quando viajavam a bordo do MH17 da *Malasyan Airlines* a caminho da Conferência Internacional sobre o HIV/SIDA em Melbourne, Austrália<sup>18</sup>.

Com a morte do director da *PharmAccess*, parecia que a ideia de gestão privada da clínica havia sido abandonada. Entre os anos 2016 e 2020 a UEM assumiu oficialmente a gestão da clínica. Foram contratados inicialmente cerca de 70 funcionários, entre clínicos, administrativos e serventes. As despesas com salários e outros itens eram arcadas pela universidade.

Em meados de 2016 a direcção da UEM, um pouco na contramão da ideia original do projecto, assinou um Memorando de Entendimento com o Ministério de Saúde para que a clínica universitária fosse integrada no Serviço Nacional de Saúde (SNS) e pudesse beneficiar, por esta via, de algum apoio do Estado. Como resultado do memorando, a clínica, equipada com um laboratório de ponta, passou a ser considerada uma simples unidade sanitária de nível primário, com a designação de Centro de Saúde Universitário, e passou a receber assistência do MISAU em termos de material clínico e suplementos. O MISAU, por sua vez, passou a explorar o laboratório existente na clínica. Neste período, a UEM respondia pelos recursos humanos e o MISAU pelos consumíveis.

Entretanto, durante os quatro anos em que a clínica universitária esteve operacional, até ao momento, nenhum projecto saiu do papel. Nenhum plano de seguro de saúde para estudantes, docentes e demais funcionários chegou a ser implementado, conforme se previa. Igualmente, o projecto de tornar a clínica numa referência em matéria de investigação na área do HIV/SIDA fracassou, uma vez que nunca chegaram a ser realizadas investigações de grande vulto no referido laboratório, conforme se esperava aquando da sua instalação.

Além disso, entre os anos 2016 e 2017 poucos estudantes e docentes da UEM chegaram a se beneficiar dos serviços de saúde prestados na clínica. Com uma média de 20 utentes por dia, a clínica, dotada de, pelo menos, 32 funcionários, entre pessoal clínico e administrativo<sup>19</sup> e equipada com um laboratório de ponta, operava muito abaixo das suas capacidades. Fontes ouvidas pelo CIP entendem que a fraca afluência da comunidade académica à clínica universitária deve-se ao facto de, após a sua criação, a UEM não ter comunicado com clareza qual era o público alvo beneficiário dos serviços prestados na clínica e quais eram as condições para a eles aceder. Com efeito, muitos ficaram com a ideia de que, à semelhança da maioria das clínicas espalhadas pelo país, os serviços de saúde prestados na clínica universitária custavam “os olhos da cara”.

O Director da Fundação Universitária, Dr. Pedro Búfalo, reconheceu, em entrevista concedida ao CIP, que a UEM não fez a devida socialização do projecto no seio da comunidade universitária.

A direcção da clínica decidiu estender os serviços prestados na clínica à comunidade circunvizinha do bairro Polana Caniço, nomeadamente os quarteirões 37, 40, 41 para os serviços da unidade C e os quarteirões 57, 62 e 63 para os serviços da unidade E. Entretanto, este esforço não se traduziu no aumento do número de utentes<sup>20</sup>. Pelo contrário, assim como os estudantes da UEM, muito raramente a população chegou a frequentar o centro. Segundo fontes entrevistadas pelo CIP, apenas em 2018 a direcção do estabelecimento tomou a iniciativa de divulgar os serviços de saúde prestados na clínica à comunidade académica durante uma feira de saúde realizada no campus universitário com vista a aumentar a afluência de utentes.

## 2. Concessão da clínica universitária: a história de uma privatização problemática...

No dia 20 de Maio de 2020, a UEM celebrou um contrato de cessão de exploração do Centro de Saúde Universitário com a empresa *Affinity Health, SA*, subsidiária da *Affinity Capital* administrada por Rogério Uthui, docente e Chefe do Departamento de Física naquele estabelecimento de ensino. O contrato, com duração de 5 anos, concede a *Affinity Health, SA* a exploração da clínica universitária (todos os serviços de saúde prestados) e a gestão de um eventual plano de saúde para estudantes e funcionários da UEM. Conforme consta do *website* da UEM, a concessão tem como objectivo “elevar a qualidade e eficiência do centro de saúde, abrangência dos serviços de saúde prestados, transferência de *know how* e sustentabilidade económica e financeira do referido centro”<sup>21</sup>. Fim do período da sua exploração pela *Affinity Health, SA*, a clínica voltará a ser gerida pela UEM.

Entretanto, documentos na posse do CIP mostram que as *démarches* da *Affinity Health, SA* com vista a exploração da clínica começaram muito antes. Cerca de dois anos antes da privatização, precisamente no dia 28 de Setembro de 2018, a empresa *Med Access*, também subsidiária da *Affinity Capital* e igualmente administrada por Rogério José Uthui, submeteu à direcção da UEM uma proposta de parceria para uma gestão conjunta do centro de saúde com o objectivo de, alegadamente, garantir a sua “sustentabilidade e crescimento”. Na altura dos factos, a clínica era administrada exclusivamente pela UEM.

O CIP teve acesso ao conteúdo da proposta. De uma forma geral, a *Med Access* comprometia-se a “disponibilizar meios e recursos necessários para o funcionamento do centro de saúde da UEM e mobilizar utentes para o mesmo”. Em contrapartida, a UEM deveria ceder à *Med Access* “as infraestruturas existentes no centro de saúde e os recursos disponíveis para gestão conjunta das partes”. Além disso, a *Med Access* se predispôs a garantir a assistência médica a estudantes e funcionários da UEM - um dos principais objectivos para instalação da clínica - através de um plano de saúde que seria desenvolvido pela *Whubuntu Care, SA* também subsidiária da empresa *Affinity Capital* (Vide Anexo).

Segundo apurou o CIP, a proposta apresentada pela *Med Access* em 2018 foi rejeitada. Apesar de o Gabinete de Cooperação da UEM ter-se mostrado a favor da parceria, conforme mostra o documento em anexo, o Gabinete Jurídico chumbou a proposta. Segundo fontes ouvidas pelo CIP, o Gabinete Jurídico, não concordando com a ideia de parceria, dada a incapacidade financeira da UEM de

18 PharmAccess (2014) Remembering Joep Lange and Jacqueline van Tongeren; Disponível em <<https://www.pharmaccess.org/update/remembering/>> Acesso em 30/10/2020

19 <https://www.uem.mz/index.php/noticias-recentes/981-centro-de-saude-da-uem-aberto-as-populacoes-circunvizinhas> (acessado a 4/11/2020)

20 <https://uem.mz/index.php/noticias-recentes/981-centro-de-saude-da-uem-aberto-as-populacoes-circunvizinhas> (acessado a 4/11/2020)

21 <https://www.uem.mz/index.php/noticias-recentes/1311-acordo-entre-a-uem-e-a-affinity-health> (acessado a 4/11/2020)

fazer face aos custos que esta acarretaria, defendia a privatização da clínica<sup>22</sup>.

Entretanto, o CIP soube que uma outra proposta foi apresentada pela *Affinity Health*, SA para a privatização da clínica e que a 20 de Maio do corrente ano a UEM assinou com a empresa um contrato de concessão - agora suspenso - para exploração da clínica universitária.

A forma como se desenrolou a história da privatização levanta fortes indícios de falta de transparência. É que, à primeira vista, parecia tratar-se de mais um ajuste directo injustificado. No entanto, a UEM afirma ter aplicado, para o caso, um concurso com prévia qualificação e que várias empresas foram convidadas a apresentar propostas, tendo sido selecionada, após avaliação de um júri, a *Affinity Health*, SA administrada por Rogério Uthui. O CIP não teve acesso a propostas supostamente apresentadas por outras empresas.

Note-se, porém, que duas das empresas interessadas na exploração da clínica e do plano de saúde, nomeadamente *Affinity Health*, SA e *Whubuntu Care*, SA, ambas subsidiárias da *Affinity Capital*, incluindo esta última, foram criadas em 2018, poucos meses antes da submissão, pela *Med Access*, da primeira proposta de gestão conjunta da clínica. No dia 15 de Maio de 2018 foi constituída a *Affinity Health*, SA<sup>23</sup> e, em menos de um mês (7 de Junho) foi registada a *Whubuntu Care*, SA.<sup>24</sup>

Isto não é, de todo, surpreendente. É que, segundo explica o Director da Fundação Universitária, Pedro Búfalo, a UEM teria informado aos seus parceiros sobre a ideia de privatizar a clínica e pediu que os interessados pudessem manifestar interesse. Portanto, a corrida para criação destas empresas explica-se precisamente pela necessidade de facturar com um negócio à vista: a exploração da clínica.

Para Pedro Búfalo, a privatização da clínica tinha como objectivo aumentar a qualidade dos serviços de saúde prestados à comunidade académica. Dado o ónus financeiro que a clínica representa para a UEM, esta não está em condições de prover os meios materiais necessários como, por exemplo, a aquisição de uma ambulância.

## 2.1 Envolvimento de Uthui colide com a probidade pública

A ideia de privatização da clínica universitária não é necessariamente nova. Ao chancelar a sua privatização, o Reitor da UEM simplesmente retoma a ideia que já havia sido avançada pela ONG holandesa *PharmAccess* em 2013 de, numa primeira fase, colocar a clínica universitária sob gestão de uma entidade privada que pudesse prestar assistência técnica à universidade para a instalação de uma estrutura capaz de administrar o plano de saúde.

Entretanto, a forma como o processo de privatização

foi conduzido, desde o início, fere os princípios mais básicos de transparência e integridade. Senão vejamos. O envolvimento de Rogério Uthui, docente da UEM, na qualidade de administrador das duas empresas interessadas na privatização da clínica colide com a Lei de Probidade Pública (LPP). Sendo ele funcionário público na UEM, e ao mesmo tempo a representar empresas com interesse na exploração da clínica universitária daquele estabelecimento de ensino, coloca-o, à partida, numa situação de conflito de interesses. Ou seja, segundo a LPP, o servidor público está em situação de conflito de interesses quando, de entre outras situações, “seja titular ou representante de outra pessoa em participações sociais ou acções em qualquer sociedade comercial, civil ou cooperativa que tenha interesse numa decisão, negócio ou qualquer outro tipo de relação de natureza patrimonial com a entidade a que pertence e que tenha interesse na decisão a tomar”, ou ainda, “preste serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja actividade seja controlada, fiscalizada, ou regulada pelo ente ao qual o agente se encontra vinculado<sup>25</sup>”.

Deduz-se, portanto, que uma vez docente da UEM, com acesso a informação privilegiada e com interesses na gestão da clínica, o envolvimento de Uthui em representação da *Affinity Health*, SA, a quem havia sido concessionada a exploração da clínica, contrasta com a probidade pública. Por um lado, há condições para fortes suspeitas de que sua posição de docente e Chefe do Departamento de Física da UEM tenha pesado, acima de tudo, para que se concedesse a *Affinity Health*, SA a exploração da clínica. Por outro lado, no caso de eventual exploração, o seu papel de administrador da Concessionária e ao mesmo tempo funcionário da Autoridade Concedente, colocaria em causa a actuação desta última que, por norma, deve fiscalizar a gestão do empreendimento concedido à primeira.

O CIP entende que com a suspensão deste contrato, a UEM deve garantir que, no caso de uma eventual concessão da clínica, o processo de contratação obedeça aos princípios de transparência e integridade.

## 2.2 Privatização da clínica deixa trabalhadores com futuro incerto

Uma das consequências imediatas da privatização da clínica é a reestruturação da sua gestão. Antes da suspensão do contrato de concessão da clínica, algumas medidas de reestruturação haviam sido propostas pela UEM. Entretanto, estas não foram muito bem acolhidas pelos funcionários. Tal sucede porque, por um lado, nem todos seriam integrados na estrutura que estaria sob gestão da *Affinity Health*, SA e, por outro lado, aqueles que eventualmente fizessem parte desta estrutura estariam sujeitos a desvincular-se da função pública.

Uma circular da UEM datada de 31 de Julho de 2020, a que o CIP teve acesso, refere-se a um processo com vista a avaliação e a selecção dos funcionários interessados em fazer parte da nova gestão e que apenas os selecionados (médicos e enfermeiros) seriam contratados pela *Affinity Health*, SA. Para o caso daqueles que não fossem integrados na nova estrutura de gestão, a UEM previa uma reorientação para outras funções em outros departamentos a

22 Jornal Visão, Reitor acusado de privatizar clínica da UEM sem concurso publico. Disponível em <<https://jornalvisaomoz.com/reitor-acusado-de-privatizar-clinica-da-uem-sem-concurso-publico/>> Acessado em 30/10/2020

23 BR nº 106, III Série de 30 de Maio de 2018- pág. 3343

24 BR nº 122, III Série de 21 de Junho de 2018- pág. 4025

25 Lei nº 16/2012 de 14 de Agosto

nível da instituição e ainda afectação no Ministério da Saúde (Vide Anexo).

Entretanto, alguns aspectos preocupam os funcionários. O facto de apenas os funcionários da área clínica (médicos e enfermeiros) terem sido abrangidos pela possibilidade de integração na estrutura sob gestão da *Affinity Health, SA*, coloca o pessoal da área administrativa numa situação de muita incerteza. É que estes, mesmo querendo integrar a *Affinity Health, SA*, não o poderão fazer por a empresa alegadamente já possuir uma equipa administrativa.

Sendo a transferência de *know how* um dos objectivos do contrato para exploração da clínica, assinado em Maio (agora suspenso), alguns funcionários ouvidos pelo CIP questionam a exequibilidade do mesmo uma vez que ninguém da área administrativa poderia integrar a nova estrutura de gestão. “Apenas se diz que passados 5 anos a Universidade estará dotada de capacidade para gerir a clínica, mas nada se diz sobre quem vai absorver este conhecimento uma vez que não haverá funcionário da UEM na equipa administrativa”.

Outro dado que também inquieta os funcionários é o facto de estes, depois de se desvincularem da clínica, não poderem escolher o departamento onde pretendem trabalhar, estando, portanto, a mercê de uma eventual designação pela UEM.

“Entramos via concurso público, não faz sentido que saíamos sem nenhum critério”, refere a fonte do CIP.

Para o caso dos funcionários integrados na nova estrutura de gestão, foram propostas 3 principais alternativas para o fim do vínculo com a UEM, nomeadamente: a) Destacamento; b) Licença Ilimitada; e c) Autorização para o exercício de actividade remunerada. A primeira consiste na designação do funcionário por parte da instituição onde está afecto para desempenhar actividades fora da Administração Pública, a segunda trata-se de uma licença concedida por tempo indeterminado a pedido do funcionário de nomeação definitiva; e a última, por sua vez, é uma autorização que permite que seja mantido o vínculo com a administração pública ao mesmo tempo que se realizem actividades remuneradas fora do aparelho do Estado (Vide Anexo).

Segundo apurou o CIP, até ao momento da elaboração desta nota os funcionários da clínica ainda não haviam sido informados sobre a suspensão do contrato.

### 3. Conclusão

A clínica universitária da UEM, fruto de investimento estimado em cerca de 3 milhões de euros, foi concebida para prestar serviços de saúde a estudantes e funcionários daquele estabelecimento de ensino e para ser um laboratório referência no país em matéria de investigação na área do HIV/SIDA. Durante quase meia década de funcionamento, nenhum destes projectos chegou a ser implementado com sucesso.

Dado o ónus financeiro que a gestão da clínica acarreta para a UEM, a sua privatização afigura-se como uma saída necessária. Entretanto, o CIP entende que, sendo a clínica um empreendimento construído com dinheiro do erário público, a sua privatização deve observar os princípios de transparência e integridade. Por essa razão congratula a decisão de suspensão do contrato anteriormente assinado com a *Affinity Health, SA* e recomenda que a exploração da clínica tenha em conta o objectivo principal da sua criação: **prover serviços de saúde acessíveis para estudantes e funcionários.**

## Documentos Consultados

AIDS Fonds (2010) Jaarverslag Aids Fonds. Disponível em <<https://www.yumpu.com/nl/document/view/23619950/jaarverslag-aids-fonds-jaarverslagcom>> Acesso em 20/10/2020

Forbes (2013) How College Health Centers Help Students Succeed. Disponível em <<https://www.forbes.com/sites/collegeprose/2013/09/23/how-college-health-centers-help-students-succeed/?sh=3fc0c6ac184b>> Acesso em 30/10/2020

PharmAccess (2019) Disrupting Health Care, PPP as a Model Adoption for Health System Strengthening in Nigeria Disponível em <<https://www.pharmaccess.org/wp-content/uploads/2019/05/Disrupting-Health-Care-Report-002.pdf>> Acesso em 30/10/2020

PharmAccess (2014) Remembering Joep Lange and Jacqueline van Tongueren; Disponível em <<https://www.pharmaccess.org/update/remembering/>> Acesso em: 30/10/2020

Pharmaccess, (2013) Health Insurance Fund: annual accounts 2013. Disponível em <<http://docplayer.net/4881948-Stichting-health-insurance-fund-amsterdam.htm>> Acesso a 10/11/2020

PharmAccess. Students Health Care Plan Mozambique, 2010. 15 slides. Disponível em <<https://slideplayer.com/slide/4311046/>>. Acesso em: 12/10/2020

PharmAccess (2010) AmsterdamDiner zet eerste stappen op weg naar een uniek project. Disponível em <https://www.pharmaccess.org/update/amsterdamdiner-zet-eerste-stappen-op-weg-naar-een-uniek-project/> Acesso em: 30/10/2020

Jornal Visão, Reitor acusado de privatizar clínica da UEM sem concurso publico. Disponível em <<https://jornalvisaomoz.com/reitor-acusado-de-privatizar-clinica-da-uem-sem-concurso-publico/>> Acessado em: 30/10/2020

UEM (2014), Relatório de Actividades e Financeiro

<http://docplayer.net/4881948-Stichting-health-insurance-fund-amsterdam.html>

<https://www.trouw.nl/nieuws/benefietgala-tegen-aids-brengt-ruim-7-ton-op~ba7442ab/>

<https://www.trouw.nl/nieuws/benefietgala-tegen-aids-brengt-ruim-7-ton-op~ba7442ab/>

<https://www.parool.nl/nieuws/amsterdamdiner-brengt-ruim-7-ton-op~bbc6cbb5/?referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F>

<https://www.pharmaccess.org/update/amsterdamdiner-zet-eerste-stappen-op-weg-naar-een-uniek-project/>

<https://uem.mz/index.php/noticias-recentes/981-centro-de-saude-da-uem-aberto-as-populacoes-circunvizinha>

<https://www.uem.mz/index.php/noticias-recentes/1311-acordo-entre-a-uem-e-a-affinity-health>

<https://www.uem.mz/index.php/noticias-recentes/735-inaugurada-a-clinica-universitaria-da-uem>

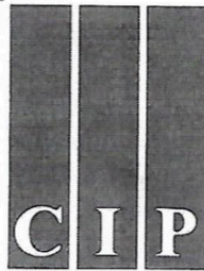
## Legislação

BR nº 106, III Série de 30 de Maio de 2018 - pág. 3343

BR nº 122, III Série de 21 de Junho de 2018 - pág. 4025

Lei nº 16/2012 de 14 de Agosto





CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

**Exmo. Senhor**  
**Magnífico Reitor da Universidade Eduardo Mondlane**  
**Dr. Orlando António Quilambo**

N.Ref.C.087/EC/2020

Maputo, 16 de Novembro de 2020

**Assunto:** Pedido de informação sobre a gestão do Centro de Saúde da UEM

O Centro de Integridade Pública - CIP, organização da sociedade civil moçambicana que trabalha para a Transparência, Anticorrupção e Integridade na esfera pública, tomou conhecimento, através da imprensa, da alegada privatização do Centro de Saúde da Universidade Eduardo Mondlane.

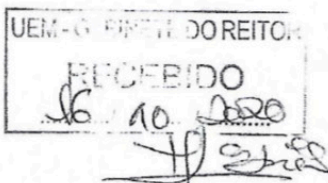
Nos termos do artigo 14 da Lei nº 34/2014, sobre o Direito à Informação, o CIP vem, por meio desta, solicitar a seguinte informação:

1. Razões que ditaram a passagem do Centro de Saúde da UEM para gestão privada;
2. Dados relativos ao processo de concessão do Centro de Saúde da UEM, nomeadamente: a) modalidade de contratação aplicada; b) duração e valor do contrato; d) direitos e obrigações da Autoridade Concedente e da Concessionária;
3. Custo das obras de construção do Centro de Saúde da UEM e nome do empreiteiro responsável pela sua execução;
4. Custo do equipamento hospitalar adquirido para o Centro de Saúde da UEM e nome do respectivo fornecedor;
5. Fonte dos recursos financeiros usados para construção e equipamento do Centro de Saúde da UEM;

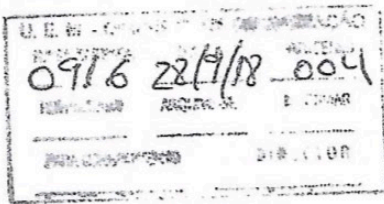
Cientes de que a presente carta merecerá devida atenção da vossa parte, subscrevemo-nos com a mais elevada estima e consideração.

O Director Executivo

Edson Cortés, Ph.D







*Bo MEXI  
para sou mesa  
mexi  
nem  
28/9/18*

Maputo, 27 de Setembro de 2018

**Assunto: Parceria na gestão do Centro de Saúde/Clinica Universitária**

*A colega Dulce  
coloca em este  
de Agostinho  
de Agostinho  
de Agostinho  
de Agostinho  
de Agostinho  
de Agostinho  
de Agostinho*

Em primeiro lugar gostaríamos de agradecê-los pela oportunidade que nos foi facultada para podermos apresentar a nossa proposta de parceria para a Vossa instituição.

A Med Access é uma empresa moçambicana, subsidiária da Affinity Capital, especializada no investimento e gestão de unidades hospitalares, clínicas, postos médicos e centros e saúde.

De entre varias subsidiárias, a Affinity Capital conta com a Affinity Health, uma empresa especializada na gestão de fundos de assistência médica e medicamentosa e a Wubunthu Care, um plano de saúde com a visão de assegurar assistência medica de qualidade para **todas as camadas sociais**. A Wubunthu Care e a Affinity Health, apartir das suas parcerias têm em carteira, acesso a cerca de 40 mil vidas.

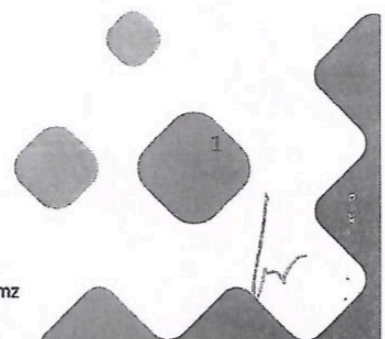
A Med Access, em parceria com a Unihealth possui um quadro técnico capacitado e experiente no investimento e gestão de unidades hospitalares, com obras feitas na Índia e em diferentes países da África, com ênfase para o Uganda, Kenya e Zimbabwe.

De entre muitas intervenções, a Med Access tem acesso a uma vasta gama de médicos, equipamentos, consumíveis, ferramentas administrativas e pessoal de apoio que poderá ser colocada à disposição do Centro de Saúde da Universidade Eduardo Mondlane (CS-UEM) de modo a melhorar a capacidade técnica e administrativa da vossa instituição.

**Objectivo**

O objectivo da Med Access é estabelecer uma parceria mutuamente vantajosa com a vossa instituição, apoiando-a no que fôr necessário para o funcionamento óptimo da organização bem como introduzindo modelos de gestão que permitam a sustentabilidade e crescimento do CS-UEM.

**Modelo de parceria**





parceria entre as partes passa pela disponibilização pela Med Access de meios e recursos necessários ao funcionamento pleno do CS-UEM e, a partir do plano de saúde e dos serviços de administração de fundos, promover a angariação e mobilização de utentes para o mesmo.

Em contrapartida, a Med Access espera da Universidade a disponibilização das infra-estruturas existentes bem como os recursos actualmente à disposição do centro (recursos humanos, técnicos e materiais) para a gestão conjunta das partes.

#### Recursos Humanos

Será feita uma reavaliação da capacidade e da necessidade de recursos humanos do CS-UEM e o resultado desta avaliação determinará as reais necessidades da instituição. Em caso de capacidade excessiva, esta será realocada a outras funções ou a outras unidades sob administração da Med Access.

A remuneração do pessoal será reavaliada de acordo com os padrões da Med Access e os devidos ajustamentos serão feitos dentro do acordo entre a direcção da instituição e a Med Access.

#### Capital

As necessidades de capital serão supridas pela Med Access, nos termos e condições acordadas entre as partes.

#### Investimento em infraestruturas

Serão mobilizados recursos para o investimento em infra-estruturas complementares, necessárias para o melhor funcionamento do CS-UEM. Um levantamento completo e detalhado deverá ser levado a cabo pela equipe técnica da Med Access.

#### Gestão do Centro de Saúde da UEM

O CS-UEM será gerido por uma equipe de gestão conjunta nomeada pelas duas instituições. A equipe de gestão terá um mandato e autoridade delegada por um conselho de gestão e incluirá pessoal experiente na gestão hospitalar.

#### Assistência médica aos estudantes e aos membros do CTA

A assistência médica aos estudantes, aos membros do CTA e do corpo docente, será feita a partir de mecanismos adequados de financiamento previamente estabelecidos. A



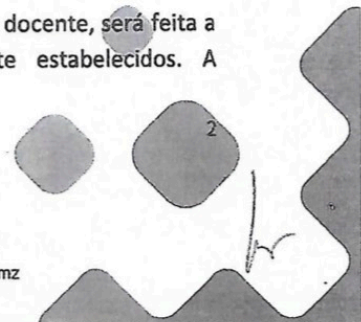
JN130, Av. Julius Nyerere, 5º andar  
Maputo - Moçambique



+258 84 146 9150



info@medaccess.co.mz  
www.affinitycapital.co.mz





Wubunthu Care irá desenhar um produto específico com uma matriz de benefícios e contribuições apropriadas a cada classe da comunidade universitária, tendo em conta o perfil demográfico e financeiro da mesma. Este atendimento deverá ser feito de modo eficiente e sustentável para o CS-UEM e para os beneficiários.

#### Assistência médica às comunidades circunvizinhas

O atendimento médico social às comunidades circunvizinhas, que faz parte de um acordo de responsabilidade social e extensão universitária, será feito em respeito à eficiência e sustentabilidade do CS-UEM. Deverá ser determinado o rácio óptimo de atendimento social que não comprometa a eficiência do centro de saúde.

#### Expansão de infraestruturas físicas

A expansão de infraestruturas físicas poderá ser feita dentro dos planos directores da Universidade. O investimento poderá vir de fundos próprios da universidade e seus parceiros ou ainda, poderá ser feito a partir da parte que cabe à Universidade, dos fundos gerados pelas operações do centro de saúde.

#### Apresentação da proposta técnica e financeira

A proposta técnica e financeira detalhada será feita depois da assinatura do memorando de entendimento. A proposta técnica e financeira deverá obedecer aos detalhes do plano de negócios a ser concebido para a instituição.

#### Proposta dos passos a seguir até à finalização do processo

Entendemos, assim, que os seguintes passos deverão ser dados no estágio em que nos encontramos, até ao arranque pleno das actividades:

1. Análise do presente documento pelas instâncias competentes da UEM;
2. Participação na Reunião da UEM com Parceiros (convite recebido, entretanto);
3. *Drafting* conjunto e assinatura do Memorando de Entendimento entre a UEM e a Med Access e Wubunthu Care;
4. Envio de uma equipa técnica para trabalho no CS-UEM e desenho de um *Business Plan* com base a situação real no terreno;
5. Assinatura do Contrato específico e início das actividades.



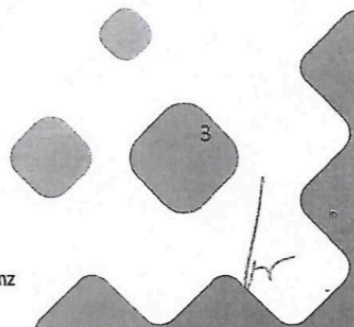
JN130, Av. Julius Nyerere, 5º andar  
Maputo - Moçambique



+258 84 146 9150



info@medaccess.co.mz  
www.affinitycapital.co.mz







Em mais de momento, esperamos que o nosso interesse mereça a melhor atenção da Vossa instituição. Estamos desde já disponíveis para os esclarecimentos que julgarem necessários.

Os nossos melhores cumprimentos

Prof. Doutor Rogerio Jose Uthui

(Administrador Delegado)



c.c. Sua Excia Sr. Vice-Reitor Administrativo da UEM;

Exmo Sr. Director da Cooperação da UEM.



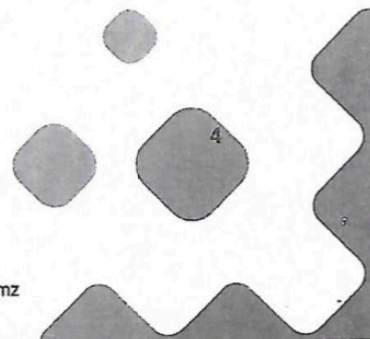
JN130, Av. Julius Nyerere, 5º andar  
Maputo - Moçambique



+258 84 146 9150



info@medaccess.co.mz  
www.affinitycapital.co.mz





*Visto  
este assunto vai ao  
debate para discussão  
em 31/10/2018*

**Gabinete de Cooperação**

**Exma. Senhora  
Prof. Doutora Maria de Fátima Cuembelo  
Clínica Universitária  
Universidade Eduardo Mondlane  
MAPUTO**

**N. Ref. 1209/DRNI - GC/2018**

**Maputo, 24 de Outubro de 2018**

**Assunto: Memorando de Entendimento entre o Centro de Saúde da UEM e a Med Access/Wubunthu Care**

A Med Access e a Wubunthu Care, ambas empresas moçambicanas especializadas no investimento e gestão de unidades hospitalares, clínicas, postos médicos e centros de saúde pretendem desenvolver uma parceria com o Centro de Saúde da Universidade Eduardo Mondlane (CS-UEM).

O objectivo essencial da referida colaboração é a revitalização do CS-UEM permitindo a sua sustentabilidade bem como a geração de renda.

Assim, tendo em conta que um dos actuais desafios da UEM é a consolidação da capacidade de rentabilização das suas potencialidades, o Gabinete de Cooperação considera que se trata de uma parceria muito pertinente e estratégica também para a UEM, sugerindo portanto a sua concretização.

Neste contexto, junto submetemos para consideração de V.Excia a proposta descritiva da parceria recebida pela Med Access, no âmbito da Reunião com os Parceiros de Cooperação.

Concordando com a proposta, sugerimos uma reunião de trabalho para preparação da proposta de Memorando de Entendimento para materializar esta colaboração com a Med Access/Wubunthu Care.

Os nossos mais respeitosos cumprimentos.

*O Director,*  
  
**Dr. Manuel Guilherme Júnior  
(Assistente Universitário)**

**C/c: Unidade de Mobilização de Recursos/Direcção de Finanças, UEM**

U.E.M. Centro de Saúde
Entrada N.º <i>0244</i>
Data <i>31 Outubro 2018</i>
O Funcionário <i>Manuel</i>

FM/fm

Circular n.º 01/CE-CSUEM/2020

Maputo

31.07.2020

**Assunto:** Processo de selecção de funcionários e agentes do Estado afectos ao Centro de Saúde da Universidade Eduardo Mondlane para integração na estrutura sob gestão da Affinity Health Moçambique, SA.

1. No âmbito do processo em curso de transferência da gestão do Centro de Saúde da Universidade Eduardo Mondlane (CSUEM) para a Affinity, terão início, no próximo dia 5 de Agosto de 2020, entrevistas com os funcionários e agentes do Estado, afectos ao CSUEM, tendo em vista explorar o potencial de cada um para a sua integração nas diferentes vagas previstas na estrutura orgânica a ser implementada pela nova gestão do Centro, constantes em anexo.
2. O modelo de selecção referido no número anterior admite, à partida, que podem ser mais do que uma as vagas para as quais um determinado funcionário ou agente do Estado poderá ser proposto, dependendo do seu perfil, desempenho na entrevista e aceitação pessoal da proposta de integração final a ser apresentada pela Affinity, o que torna penalizador o mecanismo tradicional, ora afastado, de candidatura pelos interessados a apenas uma vaga específica. Deste modo, caberá à Affinity avaliar as opções de integração a que um determinado perfil do funcionário ou agente do Estado melhor se ajuste. Espera-se, com este procedimento, contribuir para o aumento das probabilidades de admissão dos actuais funcionários e agentes do Estado, afectos ao Centro, à nova estrutura de gestão a ser estabelecida pelo parceiro.



3. Assim, todos os funcionários e agentes do Estado interessados em integrar a nova estrutura de gestão do Centro deverão estar disponíveis para participar das entrevistas referidas no n.º1, sendo que esta participação não estabelece, por si só, qualquer vínculo com a nova gestão do mesmo. Os candidatos aprovados serão integrados por qualquer uma das vias descritas no n.º 5, abaixo, dependendo da sua condição de funcionários públicos ou agentes do Estado, devendo, em qualquer das circunstâncias, ser celebrado um contrato a ser assinado entre estes e a Affinity, fixando as condições contratuais específicas, incluindo salariais.

4. Conforme referido em ocasiões anteriores, os funcionários ou agentes do Estado que não forem seleccionados para integrar a nova estrutura de gestão do Centro serão reorientados para novas funções em qualquer uma das unidades orgânicas da UEM. Determinadas especialidades poderão requerer que a UEM negocie com o Ministério da Saúde a sua afectação em unidades do Sistema Nacional de Saúde.

5. Considerando que o pessoal actualmente afecto ao Centro é composto por funcionários e agentes do Estado, os quais estão sujeitos a regimes diferenciados de vinculação, os mecanismos da sua desvinculação e integração num novo regime laboral serão também distintos. Com efeito:

a) Os funcionários públicos que tenham sido seleccionados para integrar o novo modelo de gestão deverão optar por uma das seguintes situações:

(i) Destacamento-que consiste na designação do funcionário, por iniciativa de serviço e no interesse do Estado, para exercer actividade ou função fora do quadro de pessoal da Administração Pública, nos termos do n.º 1 do artigo 24 do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado (EGFAE);

(ii) Licença ilimitada- concedida por tempo indeterminado, a pedido do funcionário de nomeação definitiva, nos termos do n.º 13 do artigo 75, c EGFAE;

(iii) Autorização para o exercício de actividade remunerada- que permite a manutenção do vínculo com a Administração Pública e, conseqüentemente, de todos os direitos como funcionário público, nos termos do nº 2 do artigo 9, do EGFAE.

b) Para os agentes do Estado que tenham sido seleccionados para integrar o novo modelo de gestão, a sua passagem implicará a cessação de contratos com a UEM e a celebração de novo vínculo com a Affinity, sem possibilidade de retorno automático à UEM.

6. Para os agentes do Estado que não sejam seleccionados para integrar a nova gestão do Centro, a UEM garante a manutenção dos contratos, em vigor, produzindo todos os efeitos legais (incluindo remuneratórios), independentemente da prestação laboral, até ao seu *terminus* normal, ou seja, conforme previsto no contrato.

7. Para quaisquer pedidos de informação adicional ou esclarecimento, qualquer funcionário ou agente do Estado poderá contactar os membros da Comissão de Entrega do Centro abaixo indicados:

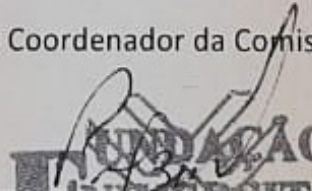
- Dra. Fátima Cuembelo- Directora do CSUEM e membro da Comissão

Contacto: 82 327 6280

- dra. Cacilda Andela- Funcionária da Direcção de Recursos Humanos da UEM e membro da Comissão.

Contacto: 84 892 8549

O Coordenador da Comissão

  
FUNDAÇÃO  
UNIVERSITÁRIA  
Dr. Pedro João Bufalo  
(Especialista)



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Norwegian Embassy



Reino dos Países Baixos



## Informação editorial

**Director:** Edson Cortez

**Autor:** Aldemiro Bande

**Revisão de Pares:** Edson Cortez e Borges Nhamirre

**Revisão linguística:** Samuel Monjane

**Propriedade:** Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,

Bairro da Sommerschild, n° 124

Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917

Cel: (+258) 82 3016391

 @CIP.Mozambique  @CIPMoz

[www.cipmoz.org](http://www.cipmoz.org) | Maputo - Moçambique